

20 MAR 1983

Ministros explicam atuação no Senado

Uma das consequências práticas da decisão dos senadores de dinamizar a atuação das Comissões Permanentes do Senado, objetivando valorizar a instituição, será a presença naqueles órgãos técnicos dos ministros César Cals, das Minas e Energia, Amaury Stabile, da Agricultura, e Carlos Langoni, presidente do Banco Central.

César Cals aceitou o convite para, na Comissão de Minas e Energia, debater, no próximo dia 6, a política do ouro, o projeto Carajás, o andamento das obras das usinas nucleares e outros assuntos relacionados com o seu Ministério e de interesse da Comissão.

CAPEMI E DÍVIDA

Por proposta do senador Alvaro Dias (PMDB-PR), presidente da Comissão de Agricultura, foi aprovado o convite para que o ministro Amaury Stabile ali compareça para dar explicações sobre a rescisão do contrato da Capemi para explorar a madeira de Tucuruí e os planos do seu Ministério no sentido de viabilizar o aproveitamento dessa madeira, que, segundo o senador Alberto Silva (PMDB-PI), valeria hoje US\$ 32 bilhões, ou seja, um terço da dívida externa brasileira.

Já a presença de Carlos Langoni na Comissão de Finanças, de acordo com o requerimento do vice-líder, José Lins (PDS-CE), será para que o presidente do Banco Central, "como peça fundamental nas negociações com o FMI", dê explicações sobre a dívida externa brasileira, pois, segundo o representante cearense, esse assunto está "em debate nacional".

Há também a proposta do senador Henrique Santillo (PMDB-GO) no sentido de que o general Octávio Medeiros, ministro-chefe do SNI, compareça à Comissão de Segurança Nacional do Senado, "mesmo em reunião secreta", para falar aos representantes da sociedade brasileira ali representada sobre o caso Baumgarten e a recente descoberta de um aparelho de escuta no gabinete do presidente Figueiredo. Essa proposta, porém, será inviável, pois a maioria do PDS — o partido do Governo detém 46 cadeiras no Senado, ou seja, dois terços de sua composi-

ção — é contrária à iniciativa de Santillo.

Não se deixando convencer pelo peso numérico da bancada pedessista, o senador do PMDB argumenta que "tem-se que acabar com os tabus no Brasil" e que é o Congresso Nacional a mais legítima representação da sociedade e que esta reclama esclarecimentos sobre os "escândalos" que vêm ocorrendo no Governo.

Henrique Santillo reclamou, a princípio, a criação de uma CPI para investigar o "caso Baumgarten", com possível envolvimento do SNI, mas acabou evoluindo para a formulação de um convite ao general Medeiros pela Comissão de Segurança Nacional, hoje presidida pelo senador Dinartê Mariz (PDS-RN).

Outra proposta em discussão é a do senador Alvaro Dias no sentido de que a Comissão de Agricultura, por ele presidida, convide o general Danilo Venturini-ministro extraordinário para Assuntos Fundiários e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional — para debater com os senadores problemas relacionados à posse da terra, com litígios em diversas áreas do País.

Quer Alvaro Dias, a par da transformação da Comissão num fórum de debate sobre problemas candentes brasileiros, que esse órgão do Senado se desloque do recinto do Congresso Nacional para as áreas do País onde hajam questões de seu interesse, tais como litígios entre posseiros e índios, entre posseiros e fazendeiros ou lavouras destruídas pela seca ou por enchentes.

O objetivo também do presidente da Comissão de Finanças, senador Itamar Franco, valorizar a ação desse órgão legislativo, que dentre suas atribuições estão "a tomada de contas do Presidente da República" e debater a indicação presidencial de nomes para o Tribunal de Contas da União.

O fato é que há, por parte da maioria que compõe as 16 Comissões permanentes do Senado, um confessado interesse de dinamizar esses órgãos, fazendo-os desempenhar, no todo, as atribuições que o Regimento Interno daquela Casa do Congresso lhes destina.